



Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

CADERNO DE QUESTÕES - INSTRUÇÕES GERAIS

DA PROVA OBJETIVA SELETIVA: A prova objetiva seletiva é de caráter eliminatório e classificatório, valerá 100 pontos, e será composta de cinquenta questões, com valor de 2 pontos cada.

- 1) As questões da prova objetiva seletiva são do tipo múltipla escolha com 5 opções e sem fator de correção, versando sobre: DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO TRIBUTÁRIO, DIREITO DO TRABALHO/DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO E LINGUA PORTUGUESA.
- 2) Não será permitida a utilização de qualquer material de consulta durante a realização da prova objetiva seletiva.
- 3) O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva seletiva para o cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento do cartão de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções contidas no edital, no caderno de provas e no cartão de respostas. Em hipótese alguma, haverá substituição do cartão de respostas por erro do candidato.
- 4) Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido do cartão de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com estas instruções, tais como mais de uma marcação, marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não preenchido integralmente, ainda que inteligíveis.
- 5) O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar seu cartão de respostas, sob pena da impossibilidade de realização da leitura óptica.
- 6) O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial, seu nome e seu documento de identidade.
- 7) Não será permitido que as marcações no cartão de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial específico para auxílio no preenchimento. Neste caso, o candidato será acompanhado por fiscal da Procuradoria Geral do Estado, devidamente treinado e as respostas fornecidas serão gravadas em áudio.
- 8) Será anulada a prova objetiva seletiva do candidato que não devolver a seu cartão de respostas.

DA PROVA DISCURSIVA - A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica, fabricada com material transparente, de tinta indelével, nas cores azul ou preta.

- 9) Não será permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de deficiência que impossibilite a redação pelo próprio candidato. Neste caso, o candidato será acompanhado por fiscal da Procuradoria Geral do Estado, para o qual deverá ditar os textos, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação,
- 10) O candidato que não comparecer ao local das provas, na data e horário designados para seu início e portando documento de identidade original com foto, dentre os declarados no ato de inscrição, será automaticamente eliminado do processo seletivo.
- 11) A folha de respostas da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique o



EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

candidato. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à redação dos textos definitivos acarretará a anulação da Prova Discursiva do candidato que tenha incorrido na violação a essa norma.

- 12) A folha de respostas para transcrição dos textos definitivos será o único documento válido para avaliação da Prova Discursiva e não será substituída por erro de preenchimento do candidato.
- 13) O candidato somente poderá levar o CADERNO DE QUESTÕES na última meia hora antes do final da prova.
- 14) Será eliminado do concurso o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando, dentre outros: a) aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, *smartphones*, *tablets*, *iPod*®, gravadores, *pendrive*, *mp3 player* ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, *notebook*, *palmtop*, *Walkman*®, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc.; b) relógio de qualquer espécie, óculos escuros, protetor auricular, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e(ou) borracha; c) quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro etc.; d) qualquer recipiente ou embalagem, tais como: garrafa de água, suco, refrigerante e embalagem de alimentos (biscoitos, barras de cereais, chocolate, balas etc.), que não seja fabricado com material transparente.
- 15) Não será permitida a entrada ou permanência de candidatos no local da realização das provas, portando armas.
- 16) Será excluído do Processo Seletivo, por ato do(a) Presidente da Banca, o candidato que, durante a realização da prova:
 - I - for surpreendido em comunicação verbal, escrita ou por qualquer outra forma, com outro candidato ou pessoa estranha;
 - II- utilizar-se de anotações, livros ou impressos;
 - II - utilizar-se de sinais ou de quaisquer outros meios que quebrem o sigilo da prova ou possibilitem sua identificação;
 - IV - utilizar-se de qualquer meio de comunicação externo;
 - V - usar corretivo de qualquer espécie, inclusive borracha, fita ou tinta;
 - VI -deixar de entregar o caderno de respostas da prova discursiva;
 - VII - comportar-se de modo a perturbar a ordem dos trabalhos ou a realização das provas pelos demais candidatos;
 - VIII - faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas ou da organização do exame, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
 - IX - retirar-se do recinto das provas sem a devida autorização ou acompanhamento de fiscal;
 - X - não observar quaisquer das demais normas do edital.
- 17) Os três últimos candidatos de cada sala deverão permanecer no recinto até que o último candidato termine sua prova, a fim de que todos assinem a ata para atestar a idoneidade da finalização da prova.

ATENÇÃO!!:

- Não será permitida qualquer forma de identificação do candidato na folha de resposta.
- Não é permitida a consulta a qualquer legislação (nem mesmo à Constituição Federal), doutrina, impressos ou anotações.
- Não é permitida a retirada de nenhuma folha integrante deste caderno de prova.



Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

- A prova tem duração de 5 horas e meia.
- A divulgação do gabarito e do resultado será feita por meio do sítio eletrônico. www.pge.am.gov.br

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO:

Nome completo:

Documento de Identidade:

PROVA OBJETIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Segundo a literalidade do texto da Constituição Federal de 1988, as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária são isentas:

- a) de impostos federais, estaduais e municipais
- b) de impostos federais e estaduais, mas não dos municipais
- c) de impostos federais, mas não dos estaduais nem dos municipais
- d) de contribuições sociais, mas não de contribuições de intervenção no domínio econômico
- e) de contribuições de intervenção no domínio econômico, mas não de contribuições sociais

2. A União pode desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização:

- a) em dinheiro
- b) em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.
- c) em títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

d) em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até trinta anos, a partir do primeiro ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei complementar.

e) em títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Congresso Nacional, com prazo de resgate de até vinte anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

3. A propriedade rural cumpre sua função social quando atende, simultaneamente, aos seguintes requisitos, impostos pela Constituição Federal, exceto:

- a) o aproveitamento racional e adequado
- b) a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente
- c) a observância das disposições que regulam as relações de trabalho
- d) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores
- e) as exigências de ordenação da cidade expressas no plano diretor

4. Sobre o sistema financeiro nacional, tal como delineado na Constituição Federal, é incorreto afirmar que:

- a) é estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País
- b) abrange as cooperativas de crédito
- c) é estruturado de forma a servir aos interesses da coletividade
- d) não permite a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram



EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

e) será regulado por leis complementares

5. No Brasil, de acordo com a Constituição Federal, a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa:

- a) de brasileiros natos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual
- b) de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual
- c) de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País
- d) de brasileiros natos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede e administração no País
- e) de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País

6. Sobre o estado de defesa é incorreto afirmar que:

- a) sua decretação compete privativamente ao Presidente da República, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional
- b) compete exclusivamente ao Congresso Nacional autorizar sua decretação
- c) sua finalidade é preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza
- d) o decreto que o instituir deverá determinar o tempo de sua duração, especificar as áreas a serem abrangidas e indicar, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as previstas na Constituição Federal
- e) o tempo de sua duração não pode ser superior a trinta dias, admitida sua prorrogação

uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

7. Dentre as funções constitucionalmente atribuídas ao plano plurianual está a de:

- a) estabelecer as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública
- b) orientar a elaboração da lei orçamentária anual
- c) estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes
- d) dispor sobre as alterações na legislação tributária
- e) estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento

8. A atribuição de prover os cargos públicos federais:

- a) é privativa do Presidente da República, que não poderá delegá-la
- b) pode ser delegada pelo Presidente da República apenas aos Ministros de Estado
- c) pode ser delegada pelo Presidente da República apenas aos Ministros de Estado ou ao Procurador-Geral da República
- d) pode ser delegada pelo Presidente da República apenas aos Ministros de Estado ou ao Advogado-Geral da União
- e) pode ser delegada pelo Presidente da República aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União

9. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das seguintes matérias:

- a) direito tributário e direito financeiro
- b) direito penal e direito civil
- c) direito urbanístico e direito do trabalho
- d) direito econômico e direito processual
- e) direito penitenciário e direito eleitoral.



EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

10. Sobre a competência legislativa concorrente, tal como delineada na vigente Constituição Federal, é incorreto afirmar que:

- a) abrange, dentre outros temas, os procedimentos em matéria processual
- b) no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais
- c) a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados
- d) inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades
- e) a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a lei estadual, no que lhe for contrário

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. Acerca dos princípios da Administração Pública, considerando o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores, é INCORRETO afirmar que:

- a) está em desconformidade com a Constituição Federal a previsão contida em lei que autoriza que cada Poder defina, por norma interna, as hipóteses pelas quais a divulgação de ato, programa, obra ou serviço públicos não constituirá promoção pessoal. Essa delegação conferida viola o § 1º do art. 37 da CF/88, que não admite flexibilização por norma infraconstitucional ou regulamentar;
- b) é inconstitucional lei estadual que estabeleça prazo decadencial de 10 (dez) anos para anulação de atos administrativos reputados inválidos pela Administração Pública estadual;
- c) não há nepotismo na nomeação de servidor para ocupar o cargo de assessor de controle externo do Tribunal de Contas mesmo que seu tio (parente em linha colateral de 3º grau) já exerça o cargo de assessor-chefe de gabinete de determinado Conselheiro, especialmente pelo fato de que o cargo do referido tio não tem qualquer poder legal de nomeação do sobrinho;

d) é legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela Administração Pública, dos nomes de seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias;

e) não é possível a utilização de prova emprestada nos processos administrativos disciplinares, pois tal implicaria em ofensa ao princípio da legalidade.

12. Considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999 (Lei de Processo Administrativo), é CORRETO afirmar:

a) o ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante;

b) o processo deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir, caso inexistir competência legal específica;

c) as provas propostas pelos interessados, ainda que impertinentes, desnecessárias ou protelatórias, não poderão ser recusadas.

d) as intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, e o comparecimento do administrado não supre sua falta ou irregularidade;

e) havendo vários interessados, a desistência ou renúncia de um deles atinge a todos os demais.

13. Ayla, bacharela em Química, prestou concurso público para o cargo de técnico de laboratório na área de Química. O edital exigia para o exercício do cargo a qualificação consistente em Ensino Médio profissionalizante na área ou Ensino Médio completo com curso técnico na área. Em que pese aprovada, Ayla teve sua posse negada pelo Estado do Amazonas, sob o fundamento de que não possuía a qualificação exigida no edital.

Considerando a jurisprudência atualizada, é correto afirmar que:

a) a Administração Pública não incorreu em nenhuma ilicitude, uma vez que a qualificação



EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

de Ayla não se amolda à qualificação exigida em edital;

b) como Ayla possui diploma de nível superior na mesma área profissional, pode assumir cargo que, segundo o edital, exige título de Ensino Médio profissionalizante, ainda que não detenha tal título;

c) o edital vincula os candidatos e a Administração Pública, razão porque a investidura de servidores deve ser efetuada nos estritos termos da previsão editalícia, não sendo lícito aceitar titulações diversas, mesmo que superiores;

d) na esfera administrativa nunca é possível, se proceder à interpretação ampliativa, com base em valores jurídicos abstratos;

e) o candidato aprovado em concurso público pode assumir cargo que, segundo o edital, exige título de Ensino Médio profissionalizante ainda que não seja portador desse título, caso tenha diploma de nível superior em qualquer área profissional.

14. De acordo com o art. 72 da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitação e Contratos Administrativos), o processo de contratação direta, que compreende os casos de inexistência e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos, À EXCEÇÃO DE:

- a) documento de formalização da demanda;
- b) estimativa de despesa;
- c) razão da escolha do contratado;
- d) justificativa do preço;
- e) propostas e lances.

15. De acordo com a Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, é correto afirmar que:

a) declarada a caducidade da concessão, não resultará para o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos

com terceiros ou com empregados da concessionária;

b) a interrupção da prestação de serviço público, após prévio aviso, motivada por razões de ordem técnica, caracteriza descontinuidade do serviço prestado;

c) é lícita a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, motivada por interesse público, por meio de ato administrativo específico, com pagamento ulterior de indenização, na eventualidade da sua ocorrência;

d) a concessão de serviço precedida de execução de obra pública será objeto de licitação na modalidade concorrência pública ou pregão;

e) a transferência de concessão de serviço público sem prévia anuência do poder concedente implicará a encampação da concessão.

16. O Estado do Amazonas pretende atuar diretamente em determinado setor da economia, em regime de competição, mediante a criação de uma nova entidade integrante da sua Administração indireta. Considerando o regime estabelecido na Constituição Federal, o Estado poderá instituir:

a) sociedade de economia mista, dotada de personalidade jurídica de Direito Privado, mediante prévia autorização legislativa, devendo ser identificado na lei o relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional, que justifique a sua instituição;

b) organização social, mediante procedimento de qualificação e subsequente celebração de contrato de gestão, a partir do qual referida entidade passará a integrar a administração indireta;

c) empresa pública, dotada de personalidade jurídica de Direito Privado, criada por lei, desde que tal atividade seja considerada serviço público ou de interesse público;



EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

d) autarquia, dotada de personalidade jurídica de Direito Público, à qual poderá ser delegada atividade de titularidade ou interesse do ente federativo;

e) consórcio de direito privado, mediante lei específica, com o qual poderá ser celebrado contrato de concessão para atuação em atividade econômica de interesse público comum.

17. O Município de Manaus utilizou, com base no poder de polícia, uma parte do terreno privado de propriedade de Augusto, para efeito de instalação de poste para viabilizar o serviço de iluminação pública. No caso em estudo, o Município fez uso da intervenção do Estado na propriedade denominada:

- a) requisição administrativa;
- b) limitação administrativa;
- c) desapropriação indireta;
- d) tombamento;
- e) servidão administrativa.

18. Em relação à desapropriação, é correto afirmar que:

- a) compete às entidades federadas realizar a desapropriação por descumprimento da função social do imóvel rural, para fins de reforma agrária, sendo o pagamento feito em títulos da dívida agrária, resgatáveis em até vinte anos;
- b) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislador concorrentemente sobre desapropriação;
- c) a desapropriação por utilidade pública deve ser efetivada mediante acordo ou intentada judicialmente, no prazo de cinco anos, contados da data da expedição do decreto;
- d) os Municípios não podem realizar desapropriação de imóvel rural;
- e) a desapropriação é forma derivada de aquisição de propriedade, de modo que, acaso a indenização seja paga a terceiro que não o

proprietário, a desapropriação estará maculada de vício de nulidade.

19. De acordo com a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa - LIA), com alterações empreendidas pela Lei nº 14.230/2021, assinale a alternativa correta.

a) é aplicável, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra culposa ou dolosamente para a prática do ato de improbidade Administrativa;

b) o sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente não estão sujeitos à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido;

c) os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação;

d) o exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, não afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa;

e) aplicam-se ao sistema da improbidade disciplinado nesta Lei os princípios constitucionais do direito penal.

20. Acerca das disposições previstas na Constituição Federal no tocante à Administração Pública, assinale a alternativa correta:

a) lei complementar estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

b) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

c) é vedado ao servidor público civil o direito à associação sindical;



EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

d) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei complementar;

e) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites da autorização concedida pelo empregador.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. A respeito dos poderes do juiz, julgue os enunciados abaixo:

I. Incumbe ao juiz determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária;

II. Incumbe ao juiz promover, a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais;

III. Incumbe ao juiz dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito;

São **corretos**:

- a) I, apenas;
- b) II, apenas;
- c) III, apenas;
- d) II e III, apenas;
- e) I, II e III.

22. A respeito do agravo de instrumento e de acordo com a jurisprudência do STJ, julgue os enunciados abaixo:

I. O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

II. A decisão que aplica multa à parte pelo não comparecimento à audiência de conciliação não é impugnável por agravo de instrumento.

III. Cabe agravo de instrumento para contestar decisão que declina competência do juízo para

julgar um caso, ainda que essa hipótese não esteja expressamente prevista no rol do artigo 1.015 do CPC.

São **corretos**:

- a) I, apenas;
- b) I e II, apenas;
- c) I e III, apenas;
- d) II e III, apenas;
- e) I, II e III.

23. A respeito do mandado de segurança, julgue os enunciados abaixo:

I. Não cabe condenação em honorários de advogado na ação de mandado de segurança, salvo comprovada má-fé.

II. Praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra ela cabe o mandado de segurança ou a medida judicial.

III. A perda do direito ao mandado de segurança em razão da decadência não extingue o direito subjetivo da parte impetrante.

São **corretos**:

- a) I, apenas;
- b) II, apenas;
- c) I e II, apenas;
- d) II e III, apenas;
- e) I, II e III.

24. A respeito dos embargos de declaração, julgue os seguintes enunciados:

I. É inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação.

II. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição e suprir omissão, mas não para corrigir erro material, o que pode ser feito por simples petição e mesmo de ofício;

III. Equipara-se à omissão a decisão que deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento.

São **INCORRETOS**:

- a) I, apenas;



EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

- b) I e II, apenas;
- c) II e III, apenas;
- d) I e III, apenas;
- e) I, II e III.

25. A respeito da coisa julgada, julgue os enunciados a seguir:

I. A declaração sobre a falsidade do documento, quando suscitada como questão principal, constará da parte dispositiva da sentença e sobre ela incidirá também a autoridade da coisa julgada;

II. O juiz não resolverá o mérito quando reconhecer a existência de coisa julgada;

III. Não fazem coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.

São corretos:

- a) II, apenas;
- b) I e II, apenas;
- c) II e III, apenas;
- d) I e III, apenas;
- e) I, II e III.

26. A respeito da tutela provisória, julgue os enunciados a seguir:

I. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão;

II. A tutela de urgência conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada;

III. A tutela provisória é sempre de urgência, porque a tutela de evidência, por não depender da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, é sempre definitiva.

São corretos:

- a) I, apenas;
- b) I e II, apenas;
- c) II, apenas;
- d) II e III, apenas;
- e) III, apenas.

27. A respeito das provas, julgue os seguintes enunciados:

I. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados no CPC, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.

II. Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

III. As partes podem convencionar, por negócio jurídico processual, a distribuição do ônus da prova de forma diferente daquela prevista em lei, mesmo quando tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.

São corretos:

- a) I, apenas;
- b) II, apenas;
- c) III, apenas;
- d) I e II, apenas;
- e) II e III, apenas.

28. A respeito da sentença, julgue os enunciados abaixo:

I. Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la para corrigir-lhe, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais ou erros de cálculo;

II. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas empresas públicas e sociedades de economia mista;

III. O cumprimento da sentença que reconhece o dever de pagar quantia, provisório ou definitivo, far-se-á a requerimento do exequente ou pelo juiz, de ofício, vencido o prazo legal dado ao exequente;

São corretos:

- a) I, apenas;
- b) II, apenas;
- c) III, apenas;



EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

- d) I e II, apenas;
e) II e III.

29. A respeito dos atos processuais, julgue os enunciados abaixo:

I. Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento;

II. Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de cinco dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte;

III. Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

São **corretos**:

- a) I, apenas;
b) II, apenas;
c) III, apenas;
d) I e II, apenas;
e) I, II e III.

30. A respeito da **petição inicial e do pedido**, julgue os enunciados abaixo:

I. É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão;

II. O autor poderá até a citação, aditar ou alterar o pedido, independentemente de consentimento do réu e de autorização do juiz;

III. O juiz, independentemente da citação do réu, poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição.

São **corretos**:

- a) I, apenas;
b) II, apenas;
c) III, apenas;
d) I e II, apenas;
e) I, II e III.

DIREITO TRIBUTÁRIO

31. Sobre os princípios do Direito Tributário, conforme a Constituição Federal, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) É vedado à União, aos Estados e aos Municípios instituir tributos sobre templos de qualquer culto, salvo se a atividade econômica desenvolvida pelo templo gerar lucros.
(B) A capacidade contributiva deve ser observada exclusivamente na instituição do imposto de renda.
(C) O princípio da anterioridade tributária impede a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que a lei que os instituiu foi publicada.
(D) O princípio da isonomia tributária permite o tratamento desigual entre contribuintes que estejam em situações equivalentes.
(E) A legalidade tributária admite que o Poder Executivo institua tributos por meio de decreto regulamentar.

32. Com base no Código Tributário Nacional (CTN), o conceito de tributo é:

- (A) Prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, instituída em lei e cobrada por ente público, com caráter sancionatório.
(B) Prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, instituída em lei e cobrada por ente público, cuja exigência decorre de sanção penal.
(C) Prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, instituída em lei, não sancionatória, cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
(D) Prestação pecuniária facultativa, instituída em lei, cobrada por ente público, com destinação específica.
(E) Prestação pecuniária compulsória, em moeda, com finalidade exclusivamente arrecadatória.

33. A respeito das imunidades tributárias previstas na Constituição Federal, é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) A imunidade tributária sobre livros, jornais e periódicos não se estende aos meios eletrônicos.
(B) A imunidade tributária recíproca veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos



EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Municípios instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços uns dos outros.
(C) Partidos políticos, sindicatos e instituições de educação sem fins lucrativos gozam de imunidade tributária em relação aos impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, desde que atendam aos requisitos legais.
(D) A imunidade tributária alcança os templos de qualquer culto em relação aos impostos sobre patrimônio, renda e serviços relacionados às suas finalidades essenciais.
(E) Entidades assistenciais sem fins lucrativos têm imunidade tributária, desde que cumpram os requisitos legais previstos em lei complementar.

34. Quanto à suspensão da exigibilidade do crédito tributário, de acordo com o CTN, NÃO é causa de suspensão:

- (A) A moratória.
- (B) O depósito do montante integral.
- (C) A concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- (D) A compensação.
- (E) A concessão de medida liminar ou de tutela antecipada em outras espécies de ação judicial.

35. De acordo com o CTN, a exclusão do crédito tributário pode ocorrer por meio de:

- (A) Moratória e compensação.
- (B) Isenção e remissão.
- (C) Isenção e anistia.
- (D) Moratória e isenção.
- (E) Compensação e transação.

36. Sobre as garantias e privilégios do crédito tributário, conforme o CTN, é INCORRETO afirmar que:

- (A) O crédito tributário goza de preferência em relação a qualquer outro crédito, salvo os trabalhistas e os decorrentes de acidente de trabalho.
- (B) A garantia do crédito tributário pode ser constituída por penhora, fiança bancária ou seguro garantia.
- (C) O crédito tributário prefere a qualquer outro, independentemente da natureza ou do tempo de sua constituição, salvo as exceções

previstas em lei.
(D) O bem de família é absolutamente impenhorável para pagamento de qualquer dívida tributária.
(E) A preferência do crédito tributário não dispensa a concorrência com os créditos trabalhistas, conforme previsto em lei.

37. Em relação à Certidão Negativa de Débitos (CND), de acordo com o CTN, é CORRETO afirmar que:

- (A) A certidão negativa será emitida em qualquer hipótese, independentemente de exigências legais.
- (B) A certidão positiva com efeitos de negativa é emitida quando há débitos garantidos por penhora regular.
- (C) O prazo de validade da certidão negativa é definido exclusivamente por ato do Poder Executivo.
- (D) O sujeito passivo pode ser impedido de obter certidão negativa se houver crédito tributário ainda não vencido.
- (E) A certidão negativa é válida apenas para comprovar a inexistência de créditos tributários, não abrangendo a regularidade quanto a obrigações acessórias.

38. De acordo com a Lei nº 6.830/1980 (Lei de Execuções Fiscais), é CORRETO afirmar que:

- (A) a petição inicial da execução fiscal deve ser instruída obrigatoriamente com o contrato social da empresa devedora.
- (B) a citação no processo de execução fiscal pode ser realizada por edital desde que o executado seja pessoa jurídica de direito privado.
- (C) O devedor poderá oferecer seguro garantia.
- (D) A execução fiscal somente pode ser proposta no foro do domicílio do devedor, não sendo admitida outra competência territorial.
- (E) O prazo para o executado oferecer embargos à execução fiscal é de 30 dias contados da inscrição da dívida ativa.



EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

39. De acordo com os princípios do Direito Tributário estabelecidos na Constituição Federal de 1988, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) A Constituição Federal permite a instituição de impostos com efeito de confisco, desde que autorizados por lei complementar.
- (B) O princípio da anterioridade impede a União de instituir impostos extraordinários em caso de guerra externa ou iminente.
- (C) O princípio da capacidade contributiva exige tratamento igualitário a todos os contribuintes, independentemente de sua situação econômica.
- (D) O princípio da anterioridade nonagesimal determina que a majoração de tributos somente pode ser exigida após 90 dias da publicação da lei que os instituiu ou aumentou, salvo exceções previstas na Constituição.
- (E) O princípio da isonomia tributária admite discriminação tributária entre contribuintes de forma arbitrária.

40. De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), é **CORRETO** afirmar que:

- (A) A obrigação principal decorre de atos administrativos praticados pelo sujeito passivo, enquanto a obrigação acessória decorre do pagamento de tributos.
- (B) A obrigação principal tem como objeto o pagamento de tributos ou penalidades pecuniárias, enquanto a obrigação acessória refere-se a prestações previstas no interesse da fiscalização tributária.
- (C) A obrigação acessória extingue-se automaticamente com a extinção da obrigação principal.
- (D) A obrigação principal é criada exclusivamente por normas regulamentares, enquanto a obrigação acessória é instituída por lei ordinária.
- (E) O descumprimento da obrigação acessória gera apenas consequências administrativas, sem necessidade do pagamento de qualquer valor.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

41. Quanto à competência da Justiça do Trabalho, de acordo com o entendimento vinculante do Supremo Tribunal Federal, fixado em sede de súmula vinculante, repercussão geral ou controle concentrado de constitucionalidade, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) a Justiça do Trabalho não tem competência para processar e julgar ações penais.
 - b) compete à Justiça do Trabalho processar e julgar demandas em que se discute o recolhimento e o repasse de contribuição sindical de servidores públicos regidos pelo regime estatutário.
 - c) compete à Justiça Comum processar e julgar controvérsias relacionadas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame em face da Administração Pública, direta e indireta, nas hipóteses em que adotado o regime celetista de contratação de pessoas, salvo quando a sentença de mérito tiver sido proferida antes de 6 de junho de 2018, situação em que, até o trânsito em julgado e a sua execução, a competência continuará a ser da Justiça do Trabalho.
 - d) a justiça comum, federal ou estadual, é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da Administração pública direta, autarquias e fundações públicas.
 - e) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada
42. Considere as alternativas abaixo sobre o tema **prescrição trabalhista**.

I – Tratando-se de ação que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração do pactuado, a prescrição é total,



EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

ainda que o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.

II – Na ação que objetive corrigir desvio funcional, a prescrição só alcança as diferenças salariais vencidas no período de 5 (cinco) anos que precedeu o ajuizamento.

III – Em se tratando de pedido de reenquadramento, a prescrição é total, contada da data do enquadramento do empregado.

De acordo com a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho (TST), está **CORRETO** o que consta

- a) Apenas em I.
- b) Apenas em II.
- c) Apenas em III.
- d) Apenas em II e III.
- e) Em todas as alternativas.

43. Considere as alternativas abaixo sobre recursos no processo do trabalho.

I – O recurso de revista, dotado de efeito apenas devolutivo, será interposto perante o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, que, por decisão fundamentada, poderá recebê-lo ou denegá-lo.

II - O recurso adesivo é incompatível com o processo do trabalho.

III - É incabível agravo interno ou agravo regimental contra decisão proferida por Órgão colegiado, pois tais recursos destinam-se, exclusivamente, a impugnar decisão monocrática nas hipóteses previstas.

De acordo com as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), as Orientações Jurisprudenciais (OJs) e as Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho (TST), está **INCORRETO** o que consta **APENAS** em

- a) I.
- b) II.
- c) III.

d) I e II.

e) I e III.

44. O art. 7º da Constituição Federal de 1988 assegura, expressamente, determinados direitos aos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, dentre os quais **NÃO** consta o direito:

- a) ao seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
- b) à proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.
- c) à redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
- d) à proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.
- e) ao piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

45. Quanto ao recurso de revista, de acordo com as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), as Orientações Jurisprudenciais (OJs) e as Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho (TST), assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte recorrente indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista.
- b) A divergência apta a ensejar o recurso de revista deve ser atual, não se considerando como tal a ultrapassada por súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal, ou superada por iterativa e notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.
- c) O conhecimento do recurso de revista, quanto à preliminar de nulidade, por negativa



EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

de prestação jurisdicional, supõe indicação de violação do art. 832 da CLT, do art. 489 do CPC de 2015 (art. 458 do CPC de 1973) ou do art. 93, IX, da CF/1988.

d) Havendo tese explícita sobre a matéria, na decisão recorrida, desnecessário contenha nela referência expressa do dispositivo legal para ter-se como prequestionado este.

e) Não cabe recurso de revista nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo.

LÍNGUA PORTUGUESA

46. Sobre concordância verbal, assinale a alternativa correta:

- a) Mais de um aluno obtiveram boa nota.
- b) Mais de um aluno obteve boa nota.
- c) Mais de um policial, mais de um bandido foi morto.
- d) Mais de um torcedor se agrediu.
- e) Mais de cem pessoas chegou.

47- Leia o texto e responda a questão:

“ O âmago da questão é a consciência. Nos dias de hoje **coletamos** informações prontas e **não levamos** questões reflexivas ao cotidiano agitado e quase atropelado pelo que não nos afeta tanto por enquanto. (Mario Sérgio Cortella. <http://mariosergiocortella.com>. Adaptado).

Considerando as regras de concordância e de colocação pronominal da norma-padrão, as expressões destacadas no texto estarão corretas e respectivamente substituídas por

- a) são coletadas ... não se levam
- b) é coletada ... não leva-se
- c) é coletado ... não levam-se

d) coleta-se ... não se leva

e) são coletados ... não levam-se.

48- Leia a oração e responda a questão: “Levanta, João, **que** eu vou fazer o café.” A palavra **que** introduz uma:

- a) causa.
- b) explicação.
- c) Consequência.
- d) condição.
- e) Concessão.

49- Leia o diálogo abaixo entre o cão Shoyo e o cão Belo: (VUNESP -2020 adaptado.)

Belo: quem é você?

Shoyo: sou um gato da fazenda.

Belo: eu sou o Belo.

Shoyo: eu sou o Shoyo.

Belo: onde você vive?

Shoyo: certo. Vamos tentar de novo.

A fala do cão Shoyo, na última resposta, não responde objetivamente à pergunta feita por Belo e se apresenta como manifestação:

- a) repreensiva, para condenar a atitude pouco amigável de Belo ao receber sua interlocutor.
- b) irônica, para sinalizar a Belo que este não está atento ao diálogo com seu interlocutor.
- c) de indiferença, para expressar seu desinteresse em prestar a informação solicitada por Belo.
- d) pesarosa, para lamentar que Belo não se esforce para receber amistosamente cães da fazenda.
- e) conciliatória, para tentar restabelecer os laços de amizade entre os cães que vivem na cidade e os que habitam fazenda.

50- Leia as frases e responda a alternativa que corresponde ao pronome correto.

1- Você só sairá se _____permitir.



EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

- 2- Nenhum problema surgiu entre _____ e o teu chefe.
- 3- Houve muitos desentendimentos entre _____ e _____.
- 4- Entre _____ pedir e você atender
- a) eu – eu – eu e tu – eu.
b) mim – eu – mim e ti – eu.
c) eu – mim – mim e ti – eu.
d) eu – mim – eu e tu – eu.
e) mim – eu – eu e tu – eu.

PROVA DISCURSIVA

1- DIREITO CONSTITUCIONAL

Quais atos podem ser objeto de arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Supremo Tribunal Federal? **Justifique (fundamente) sua resposta.**

2. DIREITO ADMINISTRATIVO

Disserte acerca do Poder de Polícia Administrativo, esclarecendo sobre:

- a) conceito;
b) atributos; e
c) ciclos do Poder de Polícia.

3. DIREITO PROCESSUAL CIVIL

O que é efeito material da revelia? O efeito material da revelia se aplica, em regra, contra a Fazenda Pública? Justifique..

4. DIREITO TRIBUTÁRIO

Fale sobre a **ação de consignação em pagamento** no contexto do Direito Tributário, indicando, pelo menos, duas situações previstas em lei em que esse instrumento pode ser utilizado pelo contribuinte.

5. DIREITO DO TRABALHO/PROCESSUAL DO TRABALHO

Considere a seguinte situação hipotética:

Maria ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa ABC S.A., requerendo sua

reintegração ao emprego, ou, alternativamente, indenização substitutiva de período estável, sob o fundamento de que foi dispensada sem justa causa enquanto estava em estado de gravidez. Argumentou, então, que sua dispensa foi arbitrária e violou a estabilidade prevista no artigo 10, II, "b", do ADCT. Em sua defesa a empresa ABC S.A alegou que desconhecia o estado de gravidez de Maria e que a trabalhadora ajuizou a reclamação trabalhista somente após o término do período de eventual garantia de emprego.

Sobre o tema acima, com base na Constituição Federal, nas súmulas e nas orientações jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho e no entendimento vinculante do Supremo Tribunal Federal, responda, justificadamente:

- (a) O desconhecimento da gravidez da empregada pelo empregador afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade provisória?
- (b) O ajuizamento de ação trabalhista após decorrido o período de garantia de emprego configura abuso do exercício do direito de ação?
- (c) Verificado que de fato a trabalhadora ajuizou ação trabalhista após decorrido o período de garantia de emprego, caberá sua reintegração?